

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 26/2017/COAPP/SAS  
Documento nº 00000.077349/2017-96

<b>Assunta</b> 6ª Reunião de Acompanhamento do Progestão no estado do Acre.	
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.000942/2013-03	
<b>Evento:</b> <input type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input checked="" type="checkbox"/> Videoconferência	
<b>Local:</b> ANA e FUNTEC	<b>Cidades:</b> Brasília/DF e Rio Branco/AC
<b>Data:</b> 10/08/2017	
<b>Participantes:</b> <u>Pelo ACRE:</u> Maria Antonia Zabala de Almeida Nobre; Nadir de Souza Dantas e Mavi de Souza pela SEMA; Vera Lucia Reis pelo IMC; Glauco Lima Feitosa e Luiz Carlos Cruz da Silva pelo IMAC. <u>Pela ANA:</u> Elmar Andrade de Castro e Ludmila Alves Rodrigues.	

## Relato

1. A 6ª oficina de planejamento e acompanhamento das metas do Progestão no Acre, realizada por videoconferência, teve como principal objetivo uma breve avaliação da certificação do ano de 2016, além de discussão das estratégias do estado para implementar as diretrizes citadas nos Informes nº 02, de 3 de março de 2017 e nº 6, de 6 de maio de 2017, visando o alcance das metas de cooperação federativa e das metas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos pactuadas no âmbito do Programa.
2. O estado do Acre encaminhou o Relatório Progestão 2016 e o Formulário de Autoavaliação 2016, devidamente aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia do estado do Acre – CEMACT.
3. As metas de cooperação federativa contratuais foram certificadas pelas UORGs competentes da ANA, no entanto, o estado contestou parte dos resultados obtidos, no que tange às metas 1.4 –Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos e 1.5 –Atuação para Segurança de Barragens. As referidas contestações foram devidamente acatadas pelas áreas pertinentes e o estado do Acre alcançou, assim, nota final igual a 99,9% de atingimento das metas do Progestão.
4. A reunião transcorreu sem dificuldades e com a participação das diversas instituições do estado envolvidas no programa.

## Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

5. Em relação à meta de cooperação federativa 1.4 referente à Sala de Situação, o estado informou que a área da estação do Serra do Moa encontra-se bastante erodida pelo próprio rio. Considerando as dificuldades do envio das informações desta telemétrica, o estado sugere a retirada dessa plataforma da Rede Nacional de Alerta.
6. Também foi informado que dois novos técnicos estão atuando na Sala de Situação, permanecendo pendente a contratação de um hidrólogo para apoiar a produção dos boletins. Atualmente está prevista a seleção deste perfil como bolsista.
7. Foram discutidas as dificuldades de criação de repositório no sítio da SEMA, para disponibilização dos boletins diários, situação que levou ao decréscimo na pontuação da certificação desta meta, anteriormente à contestação realizada pelo estado. Atualmente, o IMC mantém os boletins diários anuais em seu sítio. Foi sugerido, então, a inclusão de um link na página da SEMA que alcance o repositório dos boletins no sítio do IMC. Na oportunidade, foi também sugerido à SEMA disponibilizar na sua página um link para o Progestão/AC da página da ANA.
8. Anexo, encontra-se uma planilha com detalhamento das atividades propostas para o 5º e último período do primeiro ciclo do estado do Acre no âmbito do Progestão.

## **Conclusões**

9. A reunião por videoconferência atendeu aos objetivos de acompanhar o planejamento das atividades para a certificação do Progestão no ano de 2016 com expectativas de, a exemplo do ano anterior, o estado do Acre lograr mais um ano de plena implementação no atingimento de metas.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
ELMAR ANDRADE DE CASTRO  
Gestora do Contrato nº 82/ANA/2013  
Portaria ANA nº 142, de 30 de março de 2016

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Coordenadora da Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente. Para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Reunião por videoconferência para acompanhamento das metas do Progestão - 10 de agosto de 2017

ESTADO: ACRE ENTIDADE ESTADUAL: SEMA ANO 5: 2017 ANO: 5

Metas de cooperação federativa

ID	META / Variável	Ponto Focal/ ANA	Ponto Focal/AC	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Ações propostas 2017	OBS	Prazo de execução
I.1	Integração das bases cadastrais / Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel Scalia/SFI	Glauco Feitosa e Luis Carlos / IMAC	O Estado adotou o CNARH 40 em 2014. Nesse ano iniciou o cadastro priorizando o registro de poços de captação dos sistemas de abastecimento público de água licenciados na bacia do rio Acre. Em 2015 foi publicada a Portaria Normativa IMAC nº 02 que dispõe sobre os procedimentos para concessão e dispensa de outorga. A partir de então, todos os usuários regularizados vêm sendo inseridos no CNARH40. Os técnicos do IMAC responsáveis foram capacitados. Os usuários estão sendo regularizados desde 2015 através da outorga de uso ou certidão de dispensa inseridos no CNARH. Realização de campanha de cadastramento prevista futuramente. Para certificação desta meta em 2017, 100% dos usuários regularizados deverão ser cadastrados.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cadastrar no CNARH todos os usuários regularizados em 2017.</li> <li>2. Inserir os dados de poços dos usuários de água subterrânea regularizados em 2017, para fins de cumprimento da meta 1.2</li> <li>3. Informar o quantitativo dos usuários regularizados até 2016.</li> <li>4. Informar o quantitativo dos usuários regularizados em 2017 (no Relatório Progestão).</li> </ol>	Dois auxiliares foram contratados para, além de outras atividades, realizarem o referido cadastro. Suas atividades foram iniciadas na segunda quinzena de junho.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cadastrar, até 31/01/2018, todos os usuários regularizados, dispensados e outorgados em 2017.</li> <li>2. Até 31/01/2018 (Conforme Informe Progestão n.º 06 de 30/05/2017)</li> </ol>
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas / Informações disponibilizadas para o SAS/SNIRH	Márcia e Leticia/SIP	Maria Antonia/ SEMA e Glauco Feitosa/ IMAC	Em 2015 e 2016 foram disponibilizados dados de poços (total de 100) para fins de cumprimento da meta. Para o 5º período de certificação, serão disponibilizados dados de 100% dos poços regularizados em 2017. Há um Termo de Cooperação com a CPRM/Porto Velho e a Sema/AC. O cadastro de poços do SIAGAS não é utilizado pelo IMAC devido à falta de informações exigidas pela ANA. O IMAC disponibilizou dados diretamente no CNARH40 de 100 poços para a COSUB-ANA (50 em 2015 e 50 em 2016), conforme acordado com Márcia e Leticia.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compartilhar por digitação direta as informações sobre usos de água subterrânea dos poços regularizados em 2017 (100%);</li> <li>2. Realizar vistorias para coleta de dados;</li> <li>3. Emitir outorgas solicitadas;</li> <li>4. Advertir os proprietários que até o momento não solicitaram a devida regularização;</li> <li>5. Encaminhar ofício circular aos empreendedores padronizando os parâmetros de análise da água em consonância com aqueles solicitados pela ANA.</li> <li>6. Disponibilizar no Relatório Progestão a lista dos poços inseridos no CNARH40 que foram regularizados em 2017, bem como, o quantitativo de poços regularizados em 2017, de acordo com as orientações do Informe nº 06 de 30/05/2017.</li> </ol>	Regularização de usuários e disponibilização dos dados através de digitação direta no CNARH.  OBS.: Os trabalhos serão realizados a partir de dezembro quando todos os usuários de água subterrânea estiverem regularizados. Até 31/12/2017 lançar dados no CNARH. São necessárias vistorias e fiscalização (diárias, compra de carro e combustível).	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Até 31 de dezembro de 2017</li> <li>2. No decorrer de 2017</li> <li>3. No decorrer de 2017</li> <li>4. A partir de julho de 2017</li> <li>5. A partir de julho de 2017</li> <li>6. Até 31 de Janeiro de 2018</li> </ol>
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento / Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura/SPR	Maria Antônia e Nadir Dantas/ SEMA	A SPR/ANA encaminha anualmente ofício ao Estado solicitando as informações que devem ser apresentadas no formato e prazo estabelecidos no documento.	Fortalecer articulação entre SEMA/IMAC/DEPASA/FUNASA/UFAC/IFAC/IEC/ SEMEIA para consolidação dos dados a serem enviados. Enviar todas as informações solicitadas ao Conjuntura até 31/outubro. A SEMA é responsável por consolidar todas as informações necessárias para repasse ao Conjuntura. O monitoramento da qualidade das águas no âmbito do PNQA/ANA só será efetivado a partir de 2016. O responsável é Nadir Dantas /Sema. Estão previstos no PNQA 17 pontos de interesse federal e 25 pontos de interesse do estado.	Cumprir prazo de envio de todas as informações solicitadas até outubro de cada ano.	Outubro de cada ano.

Reunião por videoconferência para acompanhamento das metas do Progestão - 10 de agosto de 2017

ESTADO: ACRE	ENTIDADE ESTADUAL: SEMA	ANO 5: 2017	ANO: 5
--------------	-------------------------	-------------	--------

Metas de cooperação federativa

ID	META / Variável	Ponto Focal/ ANA	Ponto Focal/AC	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Ações propostas 2017	OBS	Prazo de execução
1.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos / Sala de Situação com produção de boletins e manutenção corretiva da rede de alerta	Alessandra/ SOE e Fabrício/ SGH	Vera Reis e James Gomes/IMC	Há ocorrência de eventos extremos de cheias e secas no estado gerando gastos excessivos para a Administração Pública. Atualmente existem 29 PCDs telemétricas hidrometeorológicas e 4 meteorológicas instaladas, todas da marca HOBECO. Não há parceria/convênio com o Cenad, mas há Termos de Cooperação Técnica com diversas instituições no estado (IFAC, IMAC, IMC, CBMAC, CEDEC, UFAC, ICMBio). Existem 2 técnicos em telemetria disponíveis exclusivamente para a manutenção da rede, os quais serão responsáveis por difundir o conhecimento e promover a formação de outros técnicos. O sistema ainda não dispõe de meteorologista e nem de hidrólogo. O hidrometrista é do quadro da Defesa Civil. Elaborado o Manual Operativo da Sala de Situação conforme modelo disponibilizado pela ANA. As manutenções preventivas são realizadas pela CPRM/Porto Velho e correspondem à limpeza do local, reforma dos postos de réguas, aferição das PCDs, etc. A COHIDRO não realiza mais a manutenção das PCDs. A ANA contratou a empresa CONSTRUFAM para realização dos trabalhos de manutenção preventiva que anteriormente estavam a cargo da COHIDRO.	Registra-se a necessidade de equipamentos sobressalentes e de reposição para manutenção corretiva das plataformas (sensores de nível, antenas, baterias, painéis solares e caixas). Muitos desses equipamentos foram adquiridos pela Sema para a Unidade de Situação. No período de fevereiro a novembro de 2015 não houve repasse de equipamentos para manutenção corretiva das PCDs. A manutenção preventiva nas PCDs vem sendo realizada periodicamente pela empresa CONSTRUFAM que substituiu a COHIDRO. Até o momento não foi possível a contratação de meteorologista e hidrólogo com recursos do Progestão. Discutir com a ANA/SGH a contratação dos observadores/zeladores da Rede de Alerta para realizar as leituras convencionais a fim de garantir os dados para os casos de problemas de transmissão com as PCDs. A CPRM é responsável por 4 observadores na bacia do rio Acre. Realizar manutenção corretiva nas PCDs que apresentarem problemas ao longo do ano. Construir abrigo para proteção da PCD do Chandless. Adquirir todos os equipamentos necessários para a realização das manutenções corretivas das PCDs junto a ANA (recebemos em novembro apenas 5 sensores). Os boletins da Unidade de Situação já estão sendo produzidos e divulgados na rede do estado. Fazer a manutenção corretiva das seguintes PCDs: Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Seringal São Luiz. Foram feitas 4 capacitações dos bombeiros que já estão atuantes. OBS.: Agendar reunião com a ANA/SGH para revisão da rede de alerta do estado. Necessidade de diárias de campo e passagens aéreas para as atividades propostas.	Devido ao evento de 2015 com inundações em áreas nunca antes afetadas, constatou-se a necessidade de mais 7 PCDs para as seguintes localidades: rio Tarauacá em Jordão, rio Jurua na Foz do Breu, rio Acre em Porto Acre, rio Abunã em Plácido de Castro, rio Acre entre Assis Brasil e Brasília, rio Gregório em Gregório e no rio Acuraua. Registra-se que 20 PCDs estão sem manutenção preventiva no Acre. A CPRM realiza esta atividade apenas para 13 plataformas. O Estado ficou sem receber sensores da ANA desde fevereiro de 2015, o que dificultou o processo de manutenção corretiva das plataformas. Em novembro recebemos 5 sensores e já foram feitas 6 manutenções (ESEC, Seringal Sta. Helena, Seringal Mucuripe, Seringal São Luiz, Capixaba e Sena Madureira, Boca do Acre). Foram recuperadas 4 plataformas e 1 sensor o que possibilitou as manutenções. Foram capacitados 4 bombeiros para compor o corpo técnico de manutenção da Rede. Necessidade de realizar estudos de modelagem hidrológica para aprimorar o sistema de alerta, bem como dar continuidade na manutenção preventiva/corretiva ordinariamente da Rede de Alerta (ação em desenvolvimento com o apoio do Cemaden, Sipam e CPRM). Necessidade de capacitação dos técnicos em eletrotécnica e em calibração de sensores (2 técnicos foram capacitados e já estão realizando recuperação de equipamentos). Estamos estudando a viabilidade de execução de obra de engenharia mais segura para instalação das réguas juntamente com a CPRM/SEMA/SEOP (esta atividades passou a ser coordenada pela técnica Luciana Sarmento da ANA, com o apoio do Eng. Márcio Oliveira da Seop/AC). Está prevista a capacitação de 10 técnicos do Corpo de Bombeiros nas áreas de telemetria e hidrometria para ampliar o corpo técnico para manutenção da rede hidrometeorológica em cooperação com a CPRM/Porto Velho. 4 bombeiros já foram capacitados, mas há ainda a necessidade de capacitação de outros 6 para a manutenção da Rede.	Até dezembro de 2018 sendo o Relatório apresentado em março de 2018
1.5	Atuação para segurança de barragens / Cadastro, classificação e fiscalização de barragens	Fernanda Laus/SRE	Glauco Feitosa e Luis Carlos/IMAC	O IMAC até março de 2017 cadastrou 41 barragens e regulamentou o art. 9º da Lei 12.334/2010, através da Portaria Normativa IMAC n.º 004 de 22 de março de 2017, que estabeleça a periodicidade, qualificação da equipe responsável, conteúdo mínimo e nível de detalhamento das inspeções de segurança regulares de barragens de acumulação de água. Também disponibiliza anualmente as informações necessárias para a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.	1. Realizar o mapeamento das barragens existentes no Estado acima de 5 ha, verificar imagens do CAR; 2. Entrega do mapeamento 3. Complementar, ajustar e aperfeiçoar o cadastro de barragens; 4. Classificar as barragens cadastradas quanto ao DPA; e posteriormente classificar as barragens submetidas à Lei n.º 12.334 quanto à CRI; 5. Realizar vistoria técnica 6. Regularizar a Lei n.º 12.334/2010, estabelecendo a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança de Barragens, das inspeções de Segurança Regular e especial, da revisão periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência – PAE. 7. Encaminhar Ofício circular aos proprietários das barragens já cadastradas e classificadas para que os mesmos se regularizem quanto à outorga (obra hidráulica). 8. Inserir informações das barragens regularizadas no Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens (SNISB). 9. Encaminhar ofício para os empreendedores informando a Classificação das Barragens quanto ao DPA e Categoria Risco – CAR, bem como, as atividades a serem pelos mesmos em decorrência da classificação com os respectivos prazos ou periodicidades. 10. Enviar, até 31/03/2018, à ANA as informações necessárias para a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.	Constam no cadastro do IMAC 41 barragens já classificadas quanto à Categoria de Risco e Dano Potencial Associado. Estão previstas vistorias de campo no período de agosto a outubro visando o cadastro de novas barragens, classificação e atualização da planilha. Complementar e atualizar sistematicamente o cadastro de barragens. Classificar as barragens, conforme orientações dos Informes. Garantir recursos para despesas de campo (diárias, combustível e passagens).	1. 1ª quinzena de julho de 2017 2. Até agosto de 2017 3. Ao longo de 2017 4. Agosto/outubro de 2017 5. Agosto/outubro de 2017 6. A partir de Agosto de 2017 7. 2ª quinzena de julho de 2017 8. Novembro de 2017 9. 2ª quinzena de julho de 2017 10. Fevereiro de 2018

Reunião por videoconferência para acompanhamento das metas do Progestão - 10 de agosto de 2017

ESTADO: ACRE ENTIDADE ESTADUAL: SEMA TIPOLOGIA: A ANO 5: 2017

VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
	1.1	<u>Organização institucional do modelo de gestão</u>	B		2	2	NÃO	<p>A SEMA é órgão gestor da política de recursos hídricos no estado. Contam com 16 pessoas, sendo 10 na SEMA e 6 no IMAC.</p> <p>O IMAC possui uma sede administrativa em Rio Branco e 5 Escritórios Regionais. Além do licenciamento ambiental, a DRHI/IMAC é responsável pelo cadastro, outorga, coleta e disponibilização de informações sobre usuários de água subterrânea e segurança de barragens. Para tanto, ainda não dispõe de estrutura física adequada, equipamentos e de equipe técnica suficiente e treinada para desenvolver tais atividades. O Estado está em processo de reestruturação administrativa.</p>	<p>Está prevista a reestruturação física da sala do IMAC onde é desenvolvido os trabalhos de outorga e segurança de barragens. Será necessário readequação da rede lógica. A obra está na fase de elaboração de contrato. Serão adquiridos equipamentos de escritório (mobiliário, computador interativo, HD externo, distânciômetro, impressora colorida). Na SEMA também está prevista uma reforma física.</p>	SEMA/IMAC	Progestão/ Fundo de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Amazônia
	1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>	B		2	2	NÃO	<p>A SEMA é responsável pela elaboração das políticas ambientais e de recursos hídricos do Estado e o IMAC é o órgão executor de tais políticas (licenciamento, monitoramento e fiscalização, outorga e segurança de barragens). Há necessidade de reestruturação física e futuramente do quadro de pessoal, bem como aquisição de materiais e equipamentos para os dois órgãos, visando à implementação de ações integradas na gestão de recursos hídricos. O IMAC dispõe de 5 técnicos de nível superior efetivos e 2 auxiliares contratados com recursos do Progestão para as atividades de outorga e segurança de barragens.</p>	<p><u>Para o IMAC:</u> Aquisição de materiais, mobília e equipamentos com recursos do Progestão e reforma/ampliação da DRHI com recursos do BNDES/Fundo da Amazônia. A obra está em fase de elaboração de contrato e terá início no segundo semestre de 2017. <u>Para a Sema:</u> Aquisição de materiais pelo Progestão (em processo de licitação). Contratação de 2 profissionais de nível superior com especialização em recursos hídricos e/ou experiência que possam apoiar as ações no âmbito do Progestão. Garantir programa de capacitação continuada em temas relacionados aos recursos hídricos para os servidores que já atuam no órgão gestor. Convênio para a criação do Mestrado em Recursos Hídricos. A criação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável está em curso para que possa incluir Recursos Hídricos. A aquisição de equipamentos está em curso. A criação da Sema + Floresta já foi concluído e a adequação do Conselho está em curso. Na Sema o Departamento de Recursos Hídricos ficou com duas divisões: uma de Gestão de Bacias Hidrográficas e uma de Monitoramento de Qualidade da Água. Foram contratados 2 estagiários para a Sema, 2 para o IMAC e 4 para a Unidade de Situação. Na reestruturação do IMAC a Divisão de Recursos Hídricos passará a ser um Departamento com 2 divisões: uma de licenciamento e uma de outorga. O processo de reforma está na Assembleia para aprovação.</p>	SEMA/IMAC	Progestão / BNDES/Fundo da Amazônia

VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
	1.3	Gestão de Processos	I		2	2	NÃO	<p>No IMAC existem os Manuais de Licenciamento Ambiental, normas de enquadramento, de fiscalização e de procedimentos internos, fluxo de processos definidos e elaborados a partir de 2003. Alguns necessitam de revisão. Quanto à outorga existem os termos de referência e formulários para todas as atividades que fazem uso da água, bem como fluxo definido dos processos conforme Portaria Normativa nº 002/2015. Faz-se necessária a elaboração do manual de outorga e a previsão de recursos para sua impressão. A criação de normas e manuais ficam a cargo do IMAC. Na SEMA existe apenas o fluxo de processo para aquisições e contratações, através do SIG e do Sistema de Gestão de Recursos Públicos do Acre – GRP.</p>	<p>Contratar consultoria para elaborar o Manual de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos. Normalizar os critérios técnicos para cada atividade. Foi elaborado um folder de outorga com impressão de exemplares que serão distribuídos nos núcleos regionais e eventos e estarão disponíveis na recepção do IMAC.</p>	SEMA/IMAC	Progestão
	1.4	<u>Arcabouço legal (PGE)</u>	B		3	3	NÃO	<p>O Estado do Acre, desde o ano de 2003, já possui lei que institui tanto a Política Estadual de Recursos Hídricos quanto o seu Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei nº 1.500/2003), a qual encontra-se em total consonância com a Lei 9.433/1997. No tocante à necessidade de regulamentação, destaca-se que a referida lei estadual, em sua maior parte é autoaplicável, de forma que, a sua regulamentação (por expedição de decretos, portarias, etc) é de caráter operacional e serão editados conforme a implementação da Política de Recursos Hídricos no Estado. Exemplo disso é a Portaria IMAC 02, de 19.03.2015, que regulamenta a outorga.</p>	<p>Necessidade de atualizar o marco legal. Atualmente o Estado passa por uma reforma administrativa que inclui a reestruturação da Sema e do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Cemact), que passará a ser denominado Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A composição do Conselho será de Meio Ambiente e Recursos Hídricos em conformidade com as leis 9.433/97, 6.938/81 e 1.500/2003. Também está previsto a reestruturação do Fundo de Meio Ambiente que passará a incluir Recursos Hídricos. Toda a política de reestruturação administrativa deverá ser aprovada pela Assembleia Legislativa. A reestrutura da Sema já foi aprovada e a do Conselho encontra-se em fase de estudo e avaliação pela PGE. Considera-se que a lei estadual necessita de uma revisão e atualização, já tendo sido, inclusive, iniciada a etapa de estudos para tanto.</p>	SEMA/IMAC/ PGE	Progestão e outros

VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos (PGE)</u>	B	5	3	3	NÃO	<p>O Estado do Acre não possui um Conselho Estadual de Recursos Hídricos, apenas o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia, como entidade representativa no Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído pela Lei 1.022, de 21 de janeiro de 1992. O Art. 47 da Lei 1.500/2003, cria a Câmara Técnica de Recursos Hídricos - CTRH com objetivo de propiciar efetiva avaliação de matérias relacionadas a recursos hídricos. A Resolução nº 002 de 05 de maio de 2006, instala a referida Câmara composta por 28 instituições, sendo 19 públicas, 4 organizações civis organizadas e 5 usuários de água. A legislação não propõe paridade na composição da CTRH. A CTRH é pouco atuante, sendo demandada quase exclusivamente pelas matérias pautadas pelo órgão gestor.</p>	<p>Há previsão de alteração na nomenclatura do CEMACT, que passará a ser denominado Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, tendo em vista que as matérias relacionadas a Ciência e Tecnologia serão abordadas no Conselho Superior do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FDCT e na Câmara Técnica Administrativa. Haverá a manutenção da CTRH com a redução do número de instituições em sua composição, a exemplo das demais câmaras técnicas do CEMACT. Os membros da CTRH necessitam de capacitação em temas relacionados à política de recursos hídricos para apreciarem com segurança e imparcialidade as matérias relacionadas à temática. Para esta capacitação aguardamos a reestruturação do Conselho. O Secretário da Sema, Carlos Edegard de Deus, pretende nomear por Portaria os membros da CTRH para o acompanhamento da implementação do PLERH.</p>	SEMA/PGE e CEMACT	Progestão / GTZ
	1.8	Comunicação social e difusão	I		3	3	NÃO	<p>A SEMA dispõe de um Depto de Comunicação onde um profissional da área faz a divulgação das atividades realizadas pela Secretaria, mas não é específico para os recursos hídricos. O Depto realiza a cobertura das atividades e/ou eventos realizados como: capacitações, lançamento/inauguração de unidades demonstrativas, comemoração de algumas datas alusivas à temática água, além de diagramação de cartilhas, folders e artes gráficas para placas educativas, outdoors, camisetas. Existe também o Depto de Educação e Difusão Ambiental que é transversal a todos os demais, e realiza a difusão de informações através da mochila do educador ambiental.</p>	<p>O IMAC propõe a realização de palestras sobre outorga nas 6 UGRHs, para os núcleos regionais, instituições de assistência técnica rural parceiras, eventos e comunidade rural, inclusive em Assentamentos do INCRA. Garantir recursos para a implementação do Plano de Comunicação e sua difusão social para o ciclo do Progestão, como forma de dar visibilidade e transparência aos processos. Divulgar as ações da Sema em geral, além dos relatórios técnicos, alertas e boletins. Atualizar e alimentar a página da web da Sema referente a RH; elaboração de spots; elaboração de folders para divulgação da outorga; impressão do Manual Operativo da Unidade de Situação e CD do mesmo; gestão de risco. Estabelecer parcerias com a SECOM para divulgação dos spots de rádio. Folder sobre outorga diagramado para impressão, cartilha (gestão de RH para conservação das águas) em revisão, Caderno de Recursos Hídricos em fase de aprovação para lançamento, o Manual Operativo da Unidade de Situação (TDR) está finalizado para impressão. O Manual de Outorga será elaborado por consultor a ser contratado.</p>	SEMA/ IMAC/IMC	Progestão

## VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
	1.9	Capacitação setorial	B		2	2	NÃO	Há várias demandas de capacitação voltada para os conselheiros e técnicos dos municípios e dos órgãos estaduais de recursos hídricos. Foi elaborado um Programa de Capacitação contemplando cursos presenciais e à distância, nas áreas afetas a recursos hídricos. Envolve os setores de usuários, sociedade civil e poder público. Previsão de participação dos técnicos em cursos, seminários ou workshops promovidos pela ANA ou outras instituições que agreguem conhecimento útil ao cumprimento das metas do Progestão.	Capacitação em Outorga de Obra Hidráulica, de Águas Subterrâneas e para diluição de efluentes; Coleta e preservação de amostras: 1 técnico, 7 dias em Brasília – semi-presencial; Cursos EAD para 15 técnicos; Realizar Curso de Gestão participativa para membros do Conselho e Comdema com 30 participantes organizado pela SEMA; Realizar 3 cursos presenciais sobre Gestão de Recursos Hídricos para formação de organismos de bacias hidrográficas, 90 pessoas, organizado pela SEMA; Realizar um curso sobre práticas mecânicas para conservação de água e solo para 35 produtores e técnicos, organizado pela SEMA; Geoprocessamento e sensoriamento remoto aplicado a recursos hídricos: 5 técnicos, semi-presencial: GPS diferencial, DGPS em Brasília, presencial; Banco de dados geográfico para 1 técnico em São Paulo; Processamento digital de imagens para 1 técnico em São Paulo; Análise e produção de material didático para 4 técnicos, 3 dias em Brasília; Produção de spots de rádio e manuseio de plataforma web-rádio para 2 técnicos; Planejamento, manejo e gestão de bacias hidrográficas para 2 técnicos; Cursos de hidrometria para 4 técnicos do CBMAC; Cursos de telemetria para 4 técnicos do CBMAC; Capacitação de 500 pessoas da comunidade escolar (professores, alunos, coordenadores, pais, diretores); Participação de técnicos e coordenadores em eventos interinstitucionais: 2 pré seca no Sipam para 2 técnicos em Porto Velho de 2 dias e 3 pré-cheia no Sipam para 1 técnico em Porto Velho; Oficina do Observatório das Águas para 2 pessoas; ENCOB; Intercâmbio sobre Segurança de barragens para 4 técnicos. Atualizar os cursos EAD/ANA para a sociedade em geral (Água e Gestão). Curso de Metodologia de participação social para 30 pessoas. A Sema tem interesse de reproduzir o Curso de Metodologia de participação social em Cruzeiro do Sul em março de 2016. Realizar 2 cursos de Gestão de Recursos Hídricos ministrados por técnicos dos órgãos públicos e ONGS para 8 municípios (sede Tarauacá e Sena Madureira); Cursos de mobilização e metodologias participativas em CZS para técnicos e sociedade civil organizada (CZS, MLima e RAlves); Participação do Congresso Brasileiro de Redução de Riscos de Desastres (11/10 a 14/10/2017 - Unidade de Situação); Capacitação em Outorgas em Obras Hidráulicas; Capacitação em Outorga de Águas Subterrâneas; Outorga em lançamento de efluentes; SEMA (capacitação de 10 técnicos, segundo demandas da ANA - 2017); Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos com apresentação e artigos em parceria com o Sipam (26/11 a 01/12/2017); Curso de Meio Ambiente (Sema). Atualização da Plataforma TerraMA2 pelos técnicos e pesquisadores do Inpe em Rio Branco (Unidade de Situação) e o Fórum Mundial da Água em Brasília (março de 2018). Curso avançado de medição acústica de ADCP (2 técnicos da Unidade de Situação).	SEMA/Vera Reis	Progestão
	1.10	Articulação com setores usuários e transversais	A		2	2	NÃO	Não há grandes usuários no estado. Maior demanda refere-se ao saneamento. Em crescimento o setor de piscicultura. A concretização da gestão integrada dos recursos hídricos tem encontrado sérias dificuldades, seja por falta de uma integração de agendas ou por conta da falta de planejamento integrado dos órgãos que possuem interface com o uso de recursos hídricos no Estado. As dificuldades de montagem do arranjo institucional e da máquina para a coordenação dos programas intersetoriais da política de recursos hídricos do Estado apresentam claros sinais de desenvolvimento de problemas de ordem institucional que não podem ser ignorados.	Realizar um seminário: Desafios para a integração de políticas intersetoriais e instrumentos setoriais para a gestão dos recursos hídricos no Acre, em conformidade com o Plano Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos. Processo já está licitado para a realização do seminário em 2016.  2 Seminários sobre desafios para integração de políticas públicas intersetoriais e gestão de RH no Acre (UGRH Juruá e UGRH Acre/Iquiri); Palestras sobre GRH nos municípios (Rio Branco, SGuimard, Capixaba, Bujari e Porto Acre, Acrelandia e Plácido de Castro).	SEMA	Progestão

São 4 variáveis de gestão LEGAIS com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5)

Alcance dos níveis de exigência em 5 variáveis LEGAIS

## VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
	2.1	Balanço hídrico	B		3	3	NÃO	<p>O balanço hídrico foi elaborado com dados de 2008. Para avaliar a relação entre a disponibilidade e a demanda utilizou-se o indicador de retirada de água ou "water exploitation index", adotado pela "European Environment Agency" e Nações Unidas, que indica a classe de disponibilidade hídrica para atendimento das demandas. Esse indicador é definido a partir do quociente entre a retirada total anual e a vazão média de longo período, sendo classificado em cinco intervalos percentuais que variam de uma situação excelente a muito crítica. A classificação das UGRHs em níveis de criticidade e a confirmação do baixo comprometimento das disponibilidades indicam a necessidade de um conhecimento mais aprofundado dos usos e usuários, localizados nas sub-bacias para a confirmação ou não das estimativas indicadas.</p>	<p>É imprescindível e urgente o cadastramento de todos os usuários instalados nas UGRHs já iniciado, para verificação do cenário e atualização permanente da disponibilidade hídrica. É importante destacar que devido às dificuldades regionais, o limite de contorno adotado no diagnóstico das demandas considerou apenas o território estadual do Acre, ao passo que a disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas associadas às UGRHs é produto de toda a área de drenagem que contribui com o escoamento nos cursos d'água, corroborando para a necessidade de atualização dos dados e revisão do balanço hídrico do estado.</p> <p>Estamos utilizando os dados do PLERH para análise dos pedidos de outorga. Vamos aguardar a revisão do Plano em 2020 para também atualizar a demanda de recursos hídricos no Estado.</p>	SEMA / IMAC	Progestão
	2.2	<u>Divisão hidrográfica</u>	B		3	3	NÃO	<p>Para efeitos do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre (PLERH/AC) propôs-se a divisão do Estado em 6 Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs), consideradas recortes espaciais de referência para o estabelecimento dos objetivos estratégicos de gestão de recursos hídricos correspondentes às bacias dos principais rios do Estado. Desta forma são consideradas UGRHs do Estado do Acre, as porções estaduais das bacias hidrográficas dos rios Juruá, Tarauacá, Envira-Jurupari, Purus, Acre-Iquiri e Abunã. Estas UGRHs cobrem o vasto território acreano com 164.080 km<sup>2</sup>. Vale ressaltar que a divisão das UGRHs utilizou as características biogeofísicas e socioeconômicas das bacias e sub-bacias dos principais rios do estado (Juruá, Tarauacá, Envira, Purus, Acre e Abunã), componentes das três grandes bacias compartilhadas pelo Estado do Acre (Juruá, Purus e Madeira).</p>	<p>No processo de definição das UGRHs não foi adotada a metodologia de Otto Pfafletter, mas esta divisão foi aprovada pelo CEMACT em 2012, juntamente com a aprovação do Plano. Manter a divisão hidrográfica proposta e aprovada no PLERH pelo CEMACT, para fins de gestão, e futuramente utilizar a metodologia de Otto Pfafletter para fins de estabelecimento dos organismos de bacia e seus respectivos planos de bacia. O Caderno do PLERH que contém informações sobre a referida divisão foi elaborado e aguarda publicação.</p>	SEMA	Progestão

VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
META II.2 - Variáveis de Planejamento	2.3	Planejamento estratégico institucional	I	20	2	2	NÃO	Está em fase de conclusão o planejamento estratégico da Sema para 2015, contemplando as demandas de recursos hídricos (Progestão, parceria com WWF, implementação do PLERH). Os programas e ações integrantes da proposta do PLERH/AC foram selecionados com base em suas viabilidades globais e nos critérios estabelecidos para as viabilidades específicas. A seleção dos programas e ações do PLERH/AC considerou as expectativas da sociedade expressas nas propostas apresentadas nas oficinas regionais e a indicação de medidas estruturais e não-estruturais para a solução dos problemas diagnosticados, compatibilizando-os e integrando-os em escala estadual, de modo a contemplar, tanto quanto possível as demandas regionais apontando as prioridades de implementação em alta, baixa e média	Diante do compromisso assumido na elaboração deste instrumento o governo vem fazendo um esforço para implementar os projetos apontados no plano de ação do PLERH/AC como de alta prioridade. O planejamento estratégico da Sema 2016-2019 foi apresentado no Cemact no dia 16/12/2015 e sua implementação terá o acompanhamento da Seplan. Oficina de Planejamento Estratégico no âmbito municipal para apoiar a gestão de recursos hídricos nos 22 municípios para apresentação no Fórum Mundial de Água. Oficina de Planejamento da CEGdRA (Pre seca e Pre cheia) nas Regionais do Estado em parceria com o Sipam. Aquisição de material de consumo e manutenção de veículos.	SEMA/ IMAC/SEPLAN	Progestão e outros
	2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	I		4	4	NÃO	O Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH/AC foi lançado em junho de 2012. Os estudos preparatórios para o Plano (diagnóstico e prognóstico e Plano de Ação) foram validados pelo CEMACT e pela Câmara Técnica de Recursos Hídricos-CTRH, após a realização de uma série de consultas públicas nas 6 Unidades de Gestão de Recursos Hídricos - UGRHs, a fim de analisar e ajustá-lo à luz das contribuições feitas por uma ampla gama de segmentos da sociedade acreana (povos indígenas, comunidades tradicionais ribeirinhas, produtores extrativistas, usuários de recursos hídricos e pessoal técnico de nível federal, esferas estadual e municipal de governo e ONGs). O documento final do PLERH foi aprovado pela Resolução Cemact 003/2011, que também aprovou a criação da Comissão Permanente de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PLERH (CMAI-PLERH), no entanto a mesma não foi ainda instalada.	Realizar a difusão do PLERH-AC nas 6 UGRHs. Instalar a Comissão Permanente de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PLERH (CMAI-PLERH). Dos 11 projetos de prioridade alta previstos, 7 estão sendo implementados, além de outros incluídos na prioridade média, conforme documento anexo. Previsão de revisão do PLERH é para 2020. Na reunião de aprovação de auto-avaliação do Progestão a CTRH será consultada sobre a possibilidade de comporem o CMAI/PLERH, para o qual será feito uma Portaria pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente - atual presidente do Conselho.	SEMA, IMAC e CEMACT	
	2.7	Estudos Especiais de Gestão	A		3	3	NÃO	Há a necessidade de realização de estudos de regularização de vazão e de vulnerabilidade da bacia do Rio Acre. Estudo hidrossedimentológico e do Aquífero de CZS (ANA).	Devido aos eventos de inundações de 2015 foram priorizados: o Plano de adaptação do Igarapé Judia (Obs: o bairro Cidade do Povo construído para retirar as famílias da planície de inundação do Rio Acre ficou inundado pela elevação dos níveis do Igarapé Judia) 2a. edição publicada em meio digital com apoio WWF; o Diagnóstico da Bacia do Igarapé Judia em andamento na Sema e o Estudo de Vulnerabilidade da Bacia do Rio Acre (IMC) está contemplado na publicação do WWF; os Estudos de Águas Subterrâneas em realização na ANA. Estudos de campo para regularização de vazão deverá ocorrer em fevereiro de 2016, em parceria com CPRM, Sipam e Senge. A expedição foi realizada e os resultados serão apresentados no Workshop da Senge em junho de 2016.	SEMA/ IMC/ Unidade de Situação	Progestão e outros

VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
	2.8	Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão	A		2	2	NÃO	Planilhas, estudos e banco de dados escassos ou desatualizados que subsidiaram o modelo de regionalização de vazão adotado pelo IMAC para análise dos pedidos de outorga. Carência de estudos específicos para subsidiar a gestão.	No momento o IMAC utiliza a metodologia de regionalização de vazão para análise dos processos de outorga de água superficial. O módulo de outorga que subsidiará as análises está em construção. Para água subterrânea utiliza-se os testes de bombeamento (rebaixamento e recuperação). Também utilizam-se os dados de vazão específica mínima Q95 constantes do PLERH para a regionalização. Importante desenvolver, a médio ou longo prazo, SDO para subsidiar a análise técnica, sendo necessária a contratação de consultoria.	IMAC	Progestão e outros

Uma variável de gestão de PLANEJAMENTO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (2.2).

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos duas variáveis de PLANEJAMENTO.

META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	3.1	Base cartográfica	B		2	2	NÃO	A utilização da base otocodificada em Sistema de Informações Geográficas pode auxiliar a tomada de decisão pelos gestores públicos. O ponto inicial de elaboração destas informações foi o ZEE-ACRE (Zoneamento Ecológico Econômico - Fase I), onde foi gerada uma base cartográfica digital na escala 1:100.000 que é armazenada, atualizada e disponibilizada pela UCEGEO (Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre), abrigada nas dependências da FUNTAC (Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado do Acre). A base cartográfica digital continua foi construída pela UCEGEO e homologada pelo IBGE.	Foram adquiridas imagens de alta resolução (5m pixel) de sensores orbitais para o ano de 2012, que permitem atualizar a geometria e os temas da base digital em formato vetorial do nível precedente, para gestão de recursos hídricos, em escalas maiores ou iguais a 1:25.000. Há carência de modelos digitais de elevação, para identificação de áreas alagáveis. Atualmente dispomos de infraestrutura adequada para a produção de dados geográficos, tendo sido prevista a capacitação da equipe técnica da Ucegeo para otocodificar a base em 2016. Propor a equipe técnica iniciar a capacitação com os cursos EAD/ANA (ead.ana.gov.br). Estão em fase de contratação de 2 técnicos para a Ucegeo, no sentido de viabilizar o cumprimento da referida meta em 2016.	SEMA/ IMC/ Ucegeo	Progestão e outros
	3.2	Cadastrros de usuários e infraestrutura	I		2	2	NÃO	O IMAC aderiu ao CNARH40 em 2014 quando iniciou o cadastro. Anualmente são cadastrados todos os usuários regularizados através da outorga de uso ou da dispensa.	Foram contratados 2 auxiliares com recursos do Progestão que atuarão, dentre outras atividades, no cadastro de usuários de RH. Para cumprir a esta meta estadual, bem como a meta 1.1 de cooperação federativa, cadastraremos 100% dos usuários regularizados em 2017.	SEMA e IMAC	Progestão
	3.3	Monitoramento hidrometeorológico	A	10	4	4	NÃO	A rede existente é operada pela CPRM e Sema. Não há observadores/zeladores em nenhuma das PCDs já instaladas. Faz-se necessário uma discussão com a ANA sobre a manutenção preventiva das 20 PCDs que ainda estão descobertas, considerando que a CPRM trabalha apenas com 13 delas. A partir de janeiro de 2015 a ANA repassou para a CPRM/RO a operação de 2 roteiros da Rede de Monitoramento Hidrológico do Estado. Estes roteiros cobrem parte da porção leste (cerca de 25%), correspondente à bacia do rio Acre e prossegue até Manoel Urbano.	O Estado ficou responsável pela operação nos demais roteiros e pelas manutenções corretivas nas PCDs de responsabilidade da CPRM no estado, quando não estiverem em campanhas de rotina. A CPRM planejou campanhas para manutenções de 3 em 3 meses. Somente há 4 observadores/zeladores contratados pela CPRM nas 33 PCDs já instaladas (Rio Branco, Xapuri, Brasília e Assis Brasil), o que muitas vezes dificulta a transmissão dos dados devido à presença da vegetação interferir na captura dos mesmos, principalmente no período de precipitação. Necessário realizar o monitoramento convencional de vazão e desenvolvimento de modelos hidrológicos em parceria com a CPRM e Cemaden, além de desenvolvimento de artigos técnicos-científicos e aquisição de materiais de consumo para manutenção da rede hidrometeorológica.	SEMA/IMC/CBMA /CEDEC	Progestão

## VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
	3.4	Monitoramento da qualidade de água	B		2	1	SIM	Foi assinado um ACT em 2015 entre ANA e SEMA no âmbito do Programa de Estímulo à Divulgação de dados de Qualidade da Água (QUALIAGUA). Em 2016 foi iniciado o monitoramento da qualidade da água nos 17 pontos estabelecidos na RNQA com a realização de 4 campanhas anuais somente com os parâmetros obtidos com a sonda multiparamétrica e vazão. O desafio no cumprimento dessa meta é a ampliação do laboratório existente na Funtac para realização das análises laboratoriais.	Monitoramento convencional de qualidade da água nos pontos pre definidos. Reforma e ampliação do Laboratório de Qualidade de Água do Funtac. Aquisição de insumos com recursos do Qualiagua. Contratação de bolsistas para o laboratório.	SEMA/ IMAC/ Unidade de Situação	ANA/PNOA/Q UALIAGUA, Progestão e outros
	3.5	Sistema de informações	A		2	1	SIM	Dispõem somente do projeto do Sistema de Informações - SIRENA previsto no PLERH mas que ainda não foi implementado.	Realizar capacitação em banco de dados geográfico que permitirá aos técnicos da Unidade de Situação organizar os bancos existentes (TerraMA2, Hidro 1.2, Outorga, Qualidade de água, vazão, etc) em preparação para a contratação da consultoria que desenvolverá o sistema de informações baseado na Web. Um técnico da Unidade de Situação foi capacitado em banco de dados geográfico e vai repassar aos demais técnicos do setor. Necessitam de capacitação mais específica para adequação do banco de dados.	SEMA/Unidade de Situação-IMC	Progestão
	3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	A		2	2	NÃO	Levantamento de estudos existentes na área (levantamento secundário de informações).	Realizado TCT entre IMC, SEMA e CEMADEN com o objetivo de desenvolver modelos hidrológicos para o Estado com novas tecnologias via fundos de pesquisa (preparação da proposta em andamento para aplicação em fevereiro de 2016). Projeto Comunidades Resilientes em parceria com o Cemaden, Ufac, SEE, Defesa Civil do Município de Rio Branco. Realizado o workshop preparatório com os pesquisadores do Cemaden em Rio Branco. Em fase de implantação os pluviômetros nas escolas. O primeiro foi instalado na Comunidade do Catuaba, cujos alunos e professores já receberam capacitação. Em desenvolvimento pesquisas do Cemaden sobre modelos de vazão para alertas de inundação.	IMC/ SEMA/ SEE/ CBMAC/ CEDEC	Progestão, SEMA, IMC e outros

Uma variável de gestão de INFORMAÇÃO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1).

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 2 variáveis de Informação e Suporte.

	4.1	<u>Outorga de direito de uso</u>	B		2	2	NÃO	A emissão de outorga iniciou-se no primeiro semestre de 2015. Até dezembro de 2016 foram emitidas 82 outorgas de uso e 623 Certidões de Dispensa.	Chamamento de usuários ainda não outorgados. Realização de vistorias e análise dos pedidos de outorga. Divulgação da outorga nos municípios. Serão cadastrados no CNARH40 os outorgados em 2017. Realizar vistorias técnicas para emissão de outorga.	IMAC	Progestão
	4.2	Fiscalização	B		3	3	NÃO	Vem sendo realizada desde o segundo semestre de 2015 pela DRHI. É necessária a elaboração do manual de fiscalização.	A fiscalização dos usuários de recursos hídricos regularizados em 2016 está prevista para o 2º semestre de 2017. A médio ou longo prazo, contratação de consultoria para elaboração do Manual de Fiscalização. Fiscalização das outorgas e dispensas emitidas em 2016.	IMAC	Progestão e outros
	4.5	Infraestrutura hídrica	A		2	2	NÃO	Há pequenas obras de infraestrutura hídrica (barragens para abastecimento, adutoras, contenção de encostas, drenagem urbana, canalização de córregos, entre outros), açudes para dessedentação de animais e algumas barragens, principalmente para piscicultura, cuja gestão se dá através do licenciamento ambiental e nos casos cabíveis, da outorga.	Atuar na gestão emitindo atos administrativos (licença ambiental e outorga), bem como ajustar e aperfeiçoar o cadastro de barragens que devem ser fiscalizadas pelo IMAC. Realizar vistorias técnicas para inspeção e classificação das barragens quanto ao DPA e à categoria de risco no período de agosto a outubro de 2017. Regularizar todas as obras sujeitas a outorgas.	IMAC	Progestão

VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
META II.4 - Variáveis Operacionais	4.6	Gestão e controle de eventos críticos	A	15	3	3	NÃO	Alagamentos ocorrem com muita frequência. Há muitos desabrigados com grandes prejuízos ao estado. De janeiro a abril ocorrem mudanças no nível do rio Acre superior a 10 metros. Há a necessidade de estudos para regularização das cheias, especialmente do Rio Acre, em Rio Branco.	Necessidade de estudo sobre a ocorrência de enchentes e sobre a regularização de vazão do rio Acre - articulações estão sendo feitas junto ao SENGE/Acre sobre estes estudos. Avançar no aperfeiçoamento dos alertas precoces (TerraMA2) e nos modelos hidrológicos cota/cota, cota/vazão, etc, com a contratação de hidrólogo e capacitação da equipe técnica da Unidade de Situação. Temos parceria com CPRM, Sipam e Cemaden para aperfeiçoamento acima indicado. Já realizamos levantamento de dados via expedição recentemente realizada. Pesquisas em parceria com Cemaden, CPRM e INPE.	SEMA /IMC	Progestão, FEMA e outros
	4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	I		2	2	NÃO	A SEMA não dispõe de uma rubrica financeira específica para a implementação da política de recursos hídricos do estado. Atualmente o trabalho é realizado com recursos próprios e/ou de projetos financiados pelo Ministério do Meio Ambiente, SRHU e FNMA, WWF/HSBC e BNDES – Fundo Amazônia. Para a implementação da política estadual de recursos hídricos é necessário um aporte financeiro específico, o qual está previsto na Lei 1.500 artigo 35. No que concerne exclusivamente a recursos hídricos, o Fundo Especial de Meio Ambiente – FEMAC terá a finalidade de incorporar recursos financeiros para a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e para condução do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a ser regido por esta Lei e seus regulamentos. O Fundo Especial de Meio Ambiente - FEMAC tem seus recursos gerenciados pelo IMAC.	A Lei Estadual nº 1.500/2003, em seu art. 35 estabelece que o Fundo Especial de Meio Ambiente – FEMAC “terá a finalidade de incorporar recursos financeiros para a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e para condução do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos”. Note-se que apesar de não haver na nomenclatura do referido Conselho a expressão “recursos hídricos”, funcionalmente, conforme as competências instituídas em lei, o fundo está apto a receber aporte financeiro específico, ou seja, o Fundo de Meio Ambiente vigente está operacional. O Fundo adotou o sistema de receita vinculada em razão da origem e destinação e não há risco de destinação diversa do recurso, assim não é necessário um fundo específico para recursos hídricos. O Fundo tem um plano anual de investimento aprovado pelo Conselho. Para os gastos o setor responsável faz a solicitação ao gestor, no caso o IMAC. Destaca-se contudo, que para o próximo ano será feita uma reestruturação nominal do Fundo, que passará a ser denominado de Fundo de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH, passando a ser gerido pela Sema. Ademais, é importante ressaltar que o estado do Acre não possui, atualmente, atividades/ empreendimentos (a exemplo de hidrelétricas, petróleo, mineração, grandes irrigações) que gerem pagamento de compensações por uso de recursos hídricos e que possam aportar receita ao aludido Fundo.	SEMA/PGE	FEMAC
	4.8	Programas e Projetos Indutores	A		2	2	NÃO	O Programa de Conservação e Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares da Bacia do Rio Acre, lançado em 2011, conta com a participação de 480 produtores e ribeirinhos cadastrados e até março de 2014 foram plantadas mais de um milhão e duzentas mudas de espécies nativas na bacia do rio Acre. Desenvolve suas ações também voltadas para a capacitação em boas práticas de recuperação de APP com ênfase na agroecologia, educação ambiental e difusão de conhecimento, através da implantação de Unidades Demonstrativas de Recuperação de APP. Custos elevados para a manutenção da área.	Está em discussão a possibilidade de desenvolver mecanismos de incentivos aos produtores e ribeirinhos por Serviços Ambientais, em parceria com a ANA – Produtor de Águas. 2 técnicos do IMC foram capacitados no Projeto Produtor de Água da ANA. Foi feita articulação com a Sema para integrar a proposta do PRA e do Programa de Conservação e Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares para implantação do referido projeto.	SEMA/IMC	

Uma variável de gestão OPERACIONAL com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1).

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 2 variáveis Operacional.

VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis	Recursos
-------	----	-----------	------	----------	----------------	----------------	----------	---	-----------------	--------------	----------

LEGENDA:

Arcabouço legal	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Enquadramento	Avaliação facultativa
Fiscalização	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
<b>SIM</b>	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada

ACRE	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2014	2015	2016	2017
META II.1 - Variáveis Legais, Inst. e de Art. Social	4	4	5	5
META II.2 - Variáveis de Planejamento	1	2	2	2
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	1	1	2	2
META II.4 - Variáveis Operacionais	1	1	1	2